

Instalação das Varas de Cambé e Santo Antônio da Platina

Estão em fase final as obras de construção que permitirão a instalação das Varas do Trabalho de Cambé e de Santo Antônio da Platina. As unidades judiciárias foram criadas pela Lei 10.770/2003 e serão instaladas a partir de março deste ano. Com a instalação das duas VTs, o Tribunal do Trabalho do Paraná passará a contar com 77 Varas. *p. 5*

Presidente reúne-se com gestores pela eficiência pública

A presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, juíza Wanda Santi Cardoso da Silva, reuniu-se com diretores, secretários e assessores das áreas judiciária e administrativa, que atuam diretamente com a Presidência do órgão. No encontro, que aconteceu em 20 de janeiro, a magistrada apresentou suas propostas para que seja alcançada a eficiência do serviço público. *p. 7*

Debate aborda o Recurso de Revista

O primeiro evento da recém-inaugurada Escola de Administração Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região contou com a presença do juiz Altino Pedrozo dos Santos (atualmente convocado ao TST), que falou sobre Recurso de Revista. O magistrado analisou com os servidores presentes os casos de admissibilidade desse recurso. *p. 7*

Perfil:

Entre o céu e a terra...



Música, astrologia e magistério – somente algumas das paixões do juiz Carlos Henrique de Oliveira Mendonça, titular da Vara de Irati. “Compor apresenta conversar com minha própria alma”, destaca. *p. 8*

Quatro juízes empossados no cargo de titular de Vara



Os juízes José Mário Kohler, Marieta Jesusa da Silva Arretche e Ana Cristina Patrocínio Holzmeister tomaram posse em 9 de janeiro

A presidente do TRT-PR, juíza Wanda Santi Cardoso da Silva, assina a ata de posse do juiz Leonardo Wandelli como titular de Vara, realizada em 22 de dezembro de 2005



Foram empossados no cargo de juiz titular de Vara do Trabalho, no final de dezembro de 2005 e no início de 2006, quatro magistrados da 9ª Região. Os atos aconteceram no gabinete da Presidência do Tribunal. Eles foram promovidos, dentre os juízes substitutos, por critérios alternados de antigüidade e merecimento, em sessão do Tribunal Pleno de 16 de dezembro, para Varas do Trabalho cujas titularidades ficaram vagas em decorrência de remoções. Tomaram posse Leonardo Vieira Wandelli, José Mário Kohler, Ana Cristina Patrocínio Holzmeister e Marieta Jesusa da Silva Arretche. *p. 4*

ENTREVISTA

Juíza Rosalie Michaelle Bacila Batista
Vice-Presidente do TRT da 9ª Região

“É preciso evitar que a busca da celeridade acabe prejudicando a prestação jurisdicional, criando situações em que se engesse o sistema”. *p. 3*



TRT-PR em quinto lugar em arrecadação

As 1.289 Varas da Justiça do Trabalho de todo o Brasil arrecadaram R\$ 1.760.433.985, de janeiro a outubro de 2005, sendo R\$ 813.884.093,97 em Imposto de Renda e R\$ 831.962.643,75 em contribuições previdenciárias, segundo TST. São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais são os estados onde a Justiça do Trabalho arrecadou mais para os cofres da União. O Paraná ficou em quinto no ranking de arrecadações nas execuções de sentença, com R\$ 88.307.685,19 em contribuições previdenciárias e R\$ 76.175.368,08, em Imposto de Renda.

Ações que tramitam pelo rito sumaríssimo

De acordo com dados do TST, hoje, cerca de 40% das ações trabalhistas seguem o procedimento sumaríssimo e cerca de 60% das ações com procedimento sumaríssimo são resolvidos por acordo na primeira audiência. Em 2004, foram 662.170 ações trabalhistas com valor igual ou inferior a 40 salários mínimos, equivalente a 41,5% do total. Na jurisdição do Pará e Amapá (8ª Região), 63,6% das ações foram resolvidos pela simplificação das regras processuais. Em segundo lugar, vem o Ceará, com 63,2%. Os menores índices de rito sumaríssimo foram registrados em Santa Catarina (12ª Região), 20,7% do total e Paraná (9ª Região), com 24,7%. "São nessas unidades da federação onde os trabalhadores ganham mais e têm demandas com valores mais elevados", explicou o ministro Vantuil Abdala, presidente do TST.

Primeira reunião de 2006 do Colepccor

Foi realizada, em 31 de janeiro, na sede do TRT da 10ª Região (Brasília), a primeira reunião de 2006 do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho. Na oportunidade foram apreciados diversos assuntos de interesse dos TRTs, dentre os quais: uniformização de entendimento acerca da transferência das ações por acidente laboral em curso na Justiça Comum para a Justiça do Trabalho (EC 45/2004) e proposta de liquidação eletrônica dos processos trabalhistas. A juíza Wanda Santi Cardoso da Silva, presidente do Tribunal do Trabalho do Paraná, participará do encontro.

Posse de juiz substituto

Será realizado às 17 horas de 7 de fevereiro, no gabinete da Presidência do TRT-PR, ato de posse de Sandro Augusto de Souza no cargo de juiz substituto da 9ª Região da Justiça do Trabalho. Sandro foi aprovado no 19º concurso para provimento de cargos da carreira inicial da magistratura do Trabalho da 9ª Região - Paraná, concluído em 2005. Natural de Curitiba, o empossando concluiu o curso de Direito na Universidade Federal do Paraná em 1995. Servidor da Justiça do Trabalho, atua como assistente de gabinete da juíza do Tribunal Eneida Cornel.



Fórum Internacional no TST

O Tribunal Superior do Trabalho reunirá, em conjunto com a Academia Nacional de Direito do Trabalho (ANDT), especialistas nacionais e estrangeiros para um ciclo de conferências sobre Direito do Trabalho. O Fórum Internacional sobre as "Perspectivas do Direito e do Processo do Trabalho" será realizado nos dias 2 e 3 de fevereiro no edifício-sede do TST, que será inaugurado em 1º de fevereiro. No dia 2, às 11h30, o ministro João Oreste Dalazen toma posse como membro da Academia Nacional de Direito do Trabalho. Informações: www.tst.gov.br.

Juiz Ney José de Freitas profere palestra

O juiz Ney José de Freitas (TRT-PR) proferiu palestra, em dezembro, a estudantes de Direito e a profissionais da advocacia. Na ocasião, o magistrado esclareceu dúvidas sobre o Tribunal Regional do Trabalho. O juiz também falou sobre movimentação processual, comparando o volume de processos trabalhistas com o número de magistrados que atuam na Justiça do Trabalho. Para ele, o número de juizes é menor do que o satisfatório. Ney José de Freitas fez, ainda, uma breve explanação sobre a Emenda Constitucional 45/2004. Segundo ele a EC "abriu o horizonte de atuação da Justiça Trabalhista, além de ter transformado conceitos".

Programa de Rádio ganha mais um horário

No mês de janeiro, o quadro "Justiça do Trabalho Responde" ganhou mais um horário na Rádio Clube B2 - AM (1.430 KHz). Agora, além de fazer parte da grade da programação do "Canal Aberto" apresentado por Algaci Túlio, às 9 horas, é veiculado no programa "Os Repórteres", a partir das 16 horas. As duas veiculações são às segundas-feiras. O "Justiça do Trabalho Responde" também é reprisado na Rádio Justiça (STF), aos sábados pela manhã. No mês de janeiro os juizes do Trabalho Daniel Roberto de Oliveira, Valéria Rodrigues Franco da Rocha (2ª VT de Maringá), Cássio Colombo Filho (VT de Castro) e Marlene Teresinha Fuverki Suguimatsu (TRT) participaram do quadro, que é o resultado de uma parceria entre o TRT-PR, Amatra-IX e a Rádio Clube. O "Justiça do Trabalho Responde" visa a esclarecer dúvidas trabalhistas da população, num trabalho de cidadania do Judiciário.

Pagamentos efetuados em dezembro de 2005

Em 26 e 30 de dezembro, a administração do TRT-PR efetuou pagamento de correção monetária sobre retroativos (períodos de função comissionada) e pagamento de URV (11,98%) referente a abril a agosto de 1997 (períodos de função comissionada). Os pagamentos foram possíveis em razão de sobras orçamentárias do exercício de 2005.

Prata da Casa de fevereiro

Será aberta, às 17 horas de 17 de fevereiro, a 25ª exposição do Projeto Prata da Casa do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, com trabalhos do servidor Luiz Eduardo Hirata. A mostra de origami será no hall de acesso à Biblioteca, no térreo do prédio-sede do TRT-PR, em Curitiba. Para participar do projeto entrar em contato: (41) 3310-7309 ou ascom@trt9.gov.br.

AGENDA

- **Salvador (BA)** – Será realizado o VI Congresso Brasileiro de Direito do Estado, de 17 a 19 de maio de 2006. Durante os três dias do Congresso, especialistas de vários estados, reunidos entre os principais juristas do país nas áreas do direito constitucional, administrativo e tributário, debaterão questões atuais e polêmicas, adotando perspectivas teóricas distintas, fomentando o debate. Informações: <http://www.direitodoestado.com.br/de>.
- **Prêmio de Qualidade Judiciária Ministro Djaci Falcão** - O Conselho da Justiça Federal (CJF), por intermédio de seu Centro de Estudos Judiciários, em parceria com a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), está lançando o Prêmio de Qualidade Judiciária Ministro Djaci Falcão, que concederá a importância de R\$ 20 mil aos melhores trabalhos nas categorias Projetos, Iniciativas de Sucesso e Monografias. As inscrições, gratuitas, podem ser efetuadas até 24 de fevereiro de 2006 e o formulário de inscrição pode ser baixado no site www.justicafederal.gov.br



Um grande desafio

A juíza Rosalie Michaela Bacila Batista formou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná (turma de 1976) e fez curso de pós-graduação em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Santa Catarina em 2001. Após militar na advocacia por quatro anos nas áreas cível, comercial e trabalhista, passou a integrar o quadro de servidores do Tribunal do Trabalho paranaense, aprovada em concurso público no qual foi a primeira colocada, em 1980. Dois anos depois, novamente mediante concurso e uma vez mais como primeira classificada, entrou para a carreira judicante trabalhista como juíza substituta. Promovida em 1986 à Presidência da então denominada Junta de Conciliação e Julgamento (hoje Vara do Trabalho) de Foz do Iguaçu, presidiu, sucessivamente, as JCs de Paranaguá, 6ª, 11ª e 18ª de Curitiba, de onde saiu para o TRT Paraná promovida pelo critério de merecimento em 17 de junho de 1994. Rosalie presidiu, até dezembro de 2005, a 1ª Turma de juízes do TRT e integrou o Órgão Especial e a Seção Especializada. Até o final de 2005, foi também membro do Conselho Administrativo da Escola de Administração Judiciária do Regional e coordenadora da Comissão de Responsabilidade Social. A magistrada foi eleita, em 7 de novembro do ano passado, vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. A posse da juíza na Vice-Presidência foi realizada em 7 de dezembro.

Quais são seus planos no cargo de vice-presidente do TRT da 9ª Região?

Importante ressaltar, inicialmente, que a direção do Tribunal, em termos simples, cabe à Presidência. Incumbe à Vice-Presidência, bem como aos demais integrantes de sua estrutura, agirem em harmonia com a diretriz traçada, no caso, pela juíza Wanda. Quanto às tarefas específicas, incumbe à vice substituir a presidente em situações previstas no Regimento Interno, bem como, em especial, exercer uma série de atividades por delegação da Presidência, no que ganham relevo questões afetas aos precatórios e à admissibilidade dos recursos de revista. Há ainda participação ativa no tocante a matérias administrativas de interesse de magistrados e de servidores. Assim sendo, espero agir em perfeita interação com as direções da presidente, bem como dar continuidade às atividades por ela exercidas, enquanto vice-presidente, no que se revelaram profícuas.

Na Vice-Presidência, a senhora passa a despachar um elevado número de recursos de revista. A legislação deveria coibir essa quantidade de recursos visando a maior celeridade?

Quanto ao número de feitos que requerem posicionamento, há, ao meu sentir, dois aspectos essenciais que devem ser sopesados. De um lado, o número de recursos apresentados, aspecto que guarda relação direta com a pergunta formulada. De outro, a estrutura de que pode dispor a 9ª Região, para dar vazão aos serviços requeridos. Nesse particular, tenho a grata satisfação de registrar que encontramos quase 'zerado' o número de recursos pendentes de apreciação. Isto, graças ao empenho da juíza Wanda, ainda enquanto vice-presidente, e a eficiente equipe de servidores por ela coordenada. Igualmente, facilitou a transição, a circunstância de que, por determinação da Administração, manteve-se boa parte da estrutura então existente, o que facultou que, agora, os serviços sejam mantidos em bom ritmo, em que pese pequenos ajustes no quadro de pessoal. Quanto ao número de recursos, de se ponderar, ainda, que grande parte do gergalo, parece estar no seio do TST, onde deságuam os recursos de revista apresentados em todo o Brasil. O juiz Altino,

que atua como juiz-convocado junto ao TST, comentou recentemente esta dificuldade, o que faz com que esteja agora julgando recursos apresentados anos atrás. Este 'déficit', não pode ser suprimido, ao meu ver, com alteração na legislação, visto que esta apenas poderia cogitar de situações futuras. A celeridade, portanto, não deve ser buscada apenas em eventual alteração legislativa; é preciso uma alteração nos meios postos à disposição para a resposta requerida do Poder Judiciário. Quanto às propostas de que se tem conhecimento, parece essencial uma maior discussão sobre a súmula obstativa de recurso, que se afigura meio eficiente para prevenir discussão e rediscussão sobre questões de há muito sedimentadas. Por mais paradoxal que pareça, contudo, é preciso evitar que a busca da celeridade acabe prejudicando a prestação jurisdicional, criando situações em que se engesse o sistema, coibindo que novas interpretações tomem corpo. É, realmente, uma questão complexa, cuja resposta final virá dos legisladores, mas a que toda a sociedade deve estar atenta.

A senhora prevê o aumento do número de recursos de revista decorrente da ampliação da competência da Justiça do Trabalho?

A Emenda Constitucional 45/2004 trouxe profunda alteração quanto à competência da Justiça do Trabalho. Significa que houve sensível ampliação no rol das matérias que devem ser aqui solvidas (e não mais por outros ramos do Poder Judiciário). Pode-se dizer, desde logo, que se tem pela frente um grande desafio. Equacionar as demandas que vão sendo apresentadas, em curto espaço de tempo, sem uma alteração proporcional nos recursos disponíveis. O alcance de tal alteração ainda está sendo analisado, havendo pontos em que não se obtém consenso entre os estudiosos e entre os Tribunais. Alguns pontos, inclusive, apenas serão solvidos, quando os processos começarem a chegar no Tribunal Superior do Trabalho. Assim sendo, como se percebe, o maior número de demandas fatalmente redundará, em algum momento, no aumento do número de recursos.

Foram realizadas, em 2005, mais de 80 audiências com municípios credores

que resultaram em acordos e pagamentos de 1.170 precatórios trabalhistas. Está prevista a continuidade desses encontros?

Sem dúvida, é nossa intenção incrementar, ainda mais, a sistemática conciliatória, que já vinha alcançando destaque nacional. Os resultados obtidos falam por si e demonstram quão vitoriosa foi a busca pela conciliação. De nossa parte, temos como prioritária a realização de reuniões, envolvendo a Assessoria Jurídica e a Secretaria de Precatórios, de modo a se instituir um cronograma de atividades, que permita o agendamento de audiências, buscando um consenso entre as partes e a eliminação, cada vez mais célere e significativa, dos débitos da Fazenda Pública, objetivo primordial desta gestão.

A senhora foi servidora da Justiça do Trabalho do Paraná no início dos anos 80. Quais as diferenças entre aquele período e o atual na estrutura do TRT-PR?

Já decorre um jubileu de prata, daquela época até aqui! Embora a pergunta verse mais sobre alterações na estrutura, não posso deixar de registrar que, ainda hoje, encontro colegas daqueles anos iniciais. Como é de se imaginar, são profundas as mudanças, tanto em decorrência das alterações na estrutura do Tribunal, com ampliação verificada, quanto dos avanços tecnológicos. Correndo o risco de parecer jurássica, posso registrar que quando ingressei no seio da Justiça do Trabalho, não contávamos com a informática; utilizávamos máquinas de escrever manuais, barulhentas, as quais apenas com o tempo, foram substituídas por máquinas elétricas. A única mulher integrante do Tribunal era a Juíza Carmen Amin Ganem e ao todo, eram oito juízes, incluída a representação classista. Contávamos com quatro Juntas de Conciliação e Julgamento em Curitiba. Ainda, naquele tempo, a 9ª Região abrangia o estado de Santa Catarina. As ações trabalhistas pareciam ser mais 'simples', embora trabalhosas, tanto que, de regra, bastava a aplicação da CLT, com raras alusões ao Direito Comum. Não nos defrontávamos tanto, nos anos de 1980, com alguns fenômenos que hoje fazem parte do cotidiano das lides trabalhistas, como por exemplo a terceirização de serviços. ■

Juízes tomam posse como titular de Vara

Foram empossados no cargo de juiz titular de Vara do Trabalho, no final de dezembro de 2005 e no início de 2006, quatro magistrados da 9ª Região. Os atos aconteceram no gabinete da Presidência do Tribunal.

Eles foram promovidos, dentre os juízes substitutos, por critérios alternados de antiguidade e merecimento, em sessão do Tribunal Pleno de 16 de dezembro, para Varas do Trabalho cujas titularidades ficaram vagas em decorrência de remoções.

Em 22 de dezembro, tomou posse Leonardo Vieira Wandelli, mediante promoção por antiguidade para a Vara do Trabalho de Toledo. Hoje o magistrado é titular da 1ª Vara de Paranaguá.

No primeiro dia do calendário judiciário de 2005 - 9 de janeiro - foram empossados José Mário Kohler, Ana Cristina Patrocínio Holzmeister e Marieta Jesusa da Silva Arretche para as Varas de Umuarama (2ª), Loanda e Cascavel (2ª), respectivamente. A juíza Ana Holzmeister foi promovida por antiguidade. Os demais por merecimento.

Os juízes José Kohler, Ana Holz-

meister e Marieta Arretche são, atualmente, os titulares das Varas de Foz do Iguaçu (1ª), Cianorte e Ivaiporã, respectivamente.

As promoções definidas na sessão plenária do Tribunal foram as primeiras adotadas de acordo com a nova disposição constitucional sobre a matéria (artigo 93, inciso II, alínea "c", conforme a EC 45/2004).

OS JUÍZES

O juiz Leonardo Wandelli é natural de Criciúma (SC). Bacharelou-se em Direito pela turma de 1993 da Universidade Federal de Santa Catarina. Assumiu a magistratura trabalhista em 24 de novembro de 1995, após aprovação em concurso público. Como substituto atuou em Varas do Trabalho de Curitiba, Ivaiporã, Londrina, Maringá, Paranaguá e Rolândia.

José Mário Kohler, nascido em Guarapuava (PR), concluiu o curso de Direito em 1981, na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Após aprovação em concurso público, ingressou na magistratura trabalhista em 24 de novembro de 1995, no cargo inicial de juiz substituto. Como tal atuou nas unidades de Araucária,

Curitiba e Toledo.

Natural de Santa Leopoldina (ES), Ana Holzmeister bacharelou-se em Direito em 1993 pela Universidade Federal do Espírito Santo. Em 24 de novembro de 1995, após ser aprovada em concurso público, assumiu a magistratura do Trabalho. No cargo inicial da carreira atuou em Varas do Trabalho de Apucarana, Arapongas, Cianorte, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Telêmaco Borba, Umuarama e União da Vitória.

A gaúcha de Porto Alegre Marieta Arretche concluiu o curso de Direito em 1982 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Ingressou na magistratura trabalhista ao ser aprovada em concurso público em 24 de novembro de 1995. Como substituta atuou nas unidades da 9ª Região de Araucária, Assis Chateaubriand, Cascavel, Castro, Curitiba, Cornélio Procópio, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Irati, Ivaiporã, Jaguariaíva, Laranjeiras do Sul, Marechal Cândido Rondon, Paranaíba, Ponta Grossa, Telêmaco Borba, União da Vitória e Wenceslau Braz.



Juíza Wanda saúda os empossados Marieta Arretche, José Mário Kohler e Ana Cristina Holzmeister



Juiz Leonardo Wandelli agradeceu o apoio de todos, prometendo empenho na nova função



Juíza Morgana Richa, presidente da Amatra-IX, saudou o juiz Wandelli



Juízes Arion Mazurkevic, Morgana Richa, Leonardo Wandelli e Wanda Silva

Amatra-IX discursa, pela vice-presidente Sandra Ressel, durante posse do dia 9 de janeiro



Juízes Rosalie Batista, Wanda Silva (à esquerda) e Luiz Gunther (à direita) com os empossados José Kohler, Marieta Arretche e Ana Holzmeister

Varas de Cambé e Santo Antônio da Platina serão instaladas no 1º semestre

Estão em fase final as obras de construção que permitirão a instalação das Varas do Trabalho de Cambé e de Santo Antônio da Platina. As unidades judiciárias foram criadas pela Lei 10.770/2003 e serão instaladas a partir de março deste ano pela presidente do Tribunal do Trabalho do Paraná, juíza Wanda Santi Cardoso da Silva.

Com a instalação das duas Varas, o Tribunal do Trabalho do Paraná passará a contar com 77 unidades em todo o estado.

A futura Vara de Cambé terá jurisdição sobre o município-sede e os de Bela Vista do Paraíso, Primeiro

de Maio e Sertãozinho – todos hoje sujeitos às seis Varas de Londrina. A unidade funcionará na Avenida da Esperança, 360, numa área de 539 m², em terreno de 1.388,75 m², doado pela Prefeitura Municipal.

A Vara do Trabalho de Santo Antônio da Platina jurisdicionará a própria cidade e as de Carlópolis, Joaquim Távora, Quatiguá, Jundiá do Sul e Guapirama. Todos esses municípios estão atualmente abrangidos pela área de jurisdição das Varas de Jacarezinho e Cornélio Procopio. A nova unidade irá funcionar na Rua Treze de Maio, 167, em prédio de 512,5 m², localizado em ter-

reno de 1.496 m², também doado pela Prefeitura Municipal.

As duas sedes contam com hall de espera para o público, secretarias, copa, sala de pré-acordo, duas salas de audiências, dois gabinetes para juízes titular e substituto, arquivo e estacionamento, dentre outras dependências.

As obras nas duas sedes foram custeadas pelo Tribunal do Trabalho do Paraná, mediante emendas dos deputados federais Abelardo Lupion (Santo Antônio da Platina) e Luiz Carlos Haully (Cambé) à Lei Orçamentária de 2005, no valor de R\$ 200 mil para cada localidade.



Obras na sede da Vara do Trabalho de Cambé

Obras na sede da Vara do Trabalho de Santo Antônio da Platina



Novas Varas do Trabalho no Brasil

A Justiça do Trabalho instalou 156 novas Varas em 2005, totalizando 1.378 no país. De acordo com a previsão da Lei 10.770/2003, faltam, agora, 89 unidades judiciárias de primeiro grau. A instalação das 156 Varas no ano passado foi possível devido à antecipação do cronograma, prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005. O TRT do Paraná conta hoje com 75 Varas do Trabalho em todo o estado. Dessas unidades judiciárias, 14 foram instaladas a partir de 2004, mediante a lei federal. A mesma lei autorizou a implantação de mais 11 Varas no Paraná, que devem ser instaladas em 2006 e nos próximos anos. As 15ª e 16ª unidades são as de Cambé e Santo Antônio da Platina, com instalação a partir de março deste ano (*matéria nesta página*).

Informatizando

Secretaria de Informática do TRT-PR

Melhorias no sistema de informática do TRT-PR

Confira a seguir o que está sendo feito pelo Tribunal do Trabalho do Paraná visando a um sistema de informática cada vez mais rápido e eficaz:

- **Investimentos em processamento, infra-estrutura de energia elétrica e climatização do Datacenter** - Finalizando os investimentos previstos para o último exercício, visando a melhorias no processamento de dados, acesso remoto e segurança do Datacenter, no final do ano passado foram solicitados bens e serviços, em caráter de extrema urgência. Porém, não foi possível a aquisição e instalação ainda no período de recesso, como era esperado, porque, em alguns itens, a menor proposta foi em torno de 30% acima do valor previsto, em outro o procedimento restou deserto e quanto ao servidor de banco de dados ainda não houve liberação orçamentária. Espera-se que em torno de 60 dias tudo esteja resolvido e haja significativa melhora da performance dos recursos informatizados. Até lá, a SI conta com a colaboração de todos.

- **Comissão de informática envolvida e atuante** - A atual Comissão

de Informática quer estar à frente dos trabalhos da Secretaria de Informática, representando os usuários dos sistemas informatizados e a Administração do Tribunal. Para tanto, adotou como política de trabalho reuniões semanais com a Secretaria de Informática, que neste ano já ocorreram nos dias 11, 17 e 26 de janeiro, com deliberação de inúmeros temas e tarefas que serão implementadas no Regional.

- **Calendário definido**

- A Comissão de Informática tem reuniões marcadas às quartas-feiras à tarde. Críticas e sugestões devem ser encaminhadas aos juízes Ubirajara Carlos Mendes (presidente), Eneida Cornel (membro) ou José Aparecido dos Santos (membro).

- **SAT** - O Sistema de Atualização Trabalhista, desenvolvido em Dataflex, foi substituído pelo SAT desenvolvido em Oracle e incorporado ao SUAP (Sistema Unificado de Administração Pro-



O Datacenter deve receber investimentos em processamento, infra-estrutura e climatização

cessual). O antigo SAT recebeu atualização de índice apenas até janeiro e continua disponível exclusivamente para consultas.

- **Portal** - A Secretaria de Informática iniciou negociação com a empresa Oracle para aquisição das ferramentas necessárias para o desenvolvimento do Portal da Justiça da Trabalho da 9ª Região.

Equipe Psicossocial está completa

O TRT do Paraná conta com uma equipe de profissionais especializados, que há cerca de seis anos presta serviços de apoio psicológico e social aos juízes e servidores. Com esse trabalho, o Tribunal visa a buscar a melhoria da saúde daqueles que atuam no Regional.

A entrada de novas servidoras mediante o último concurso incrementou esse atendimento. Agora a equipe Psicossocial é formada pelas servidoras Carla Alessandra Araújo Rovel, Jandira de Almeida Pereira, Luciana Nunes da Motta Tavares, Terezinha do Belém Schimuda e Márcia Praseres Azzolini, com a coordenação do diretor do Serbein/SRH Alceu Venâncio Júnior e do diretor do SRH Nelson Copruchinski.

Os principais trabalhos do grupo, prestados aos juízes, servidores e tercei-

zados são os atendimentos psicoterapêuticos funcionais, pessoais e de grupo, voltados para o desenvolvimento do autoconhecimento. Também existe o trabalho que envolve temas como autoestima, motivação, comunicação e entrosamento de equipe, direcionado para as unidades do TRT da 9ª Região, além da mediação de conflitos entre funcionários e entre chefia e funcionários.

Nos casos em que não for possível o atendimento pelas profissionais do quadro ou se for solicitado, juízes, servidores e dependentes podem pedir a indicação de outros profissionais de psicologia e de outras especialidades que tenham parceria de atendimento com o Tribunal. Também para tirar dúvidas e marcar consultas podem ser utilizados o e-mail da equipe Psicossocial: psicossocial@trt9.gov.br e os



Equipe Psicossocial do TRT-PR, da esquerda para a direita: Márcia Praseres, Luciana Motta, Carla Alessandra, Jandira de Almeida e Terezinha Schimuda

telefones: (41) 3310-7078 (Carla), 3310-7433 (Jandira), 3310-7433 (Luciana), 3310-7078 (Terezinha), 3310-7117 (Márcia) e 3310-7362 (Alceu).

CONVÊNIO COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA EMPRÉSTIMO

INSTITUIÇÕES	CONTATOS	FONES
Banco Real ABN Amro Bank	Cinthia Adriana	(41) 3322-6111
Banco Alfa S/A	Mário Ribeiro da Silva	(41) 4501-3444 / 4501-3488
Banco BMG S/A	José Eustáquio dos Santos	(41) 3221-4421
Banco do Brasil S/A	Márcia V. Marcellino / Dolores Pilz	(41) 3310-7101
Banco Sudameris do Brasil S/A	Ademir de Souza	(41) 3352-8844
Caixa Econômica Federal	Rosana P. Ribeiro / Nereu Leineker	(41) 3310-7104
Paraná Banco	Paulo Sérgio Moro	(41) 3028-9849

Presidente do TRT-PR reúne-se com gestores na busca da eficiência pública

Avaliação do trabalho, fixação de metas e apresentação de resultados de cada unidade visando à eficiência do serviço público. Esta foi a proposta da presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, juíza Wanda Santi Cardoso da Silva, em sua primeira reunião com diretores, secretários e assessores das áreas judiciária e administrativa, que atuam diretamente com a Presidência do órgão. O encontro foi em 20 de janeiro, no auditório da Escola de Administração Judiciária da Justiça do Trabalho do Paraná.

Na oportunidade, a magistrada falou que não há êxito se não hou-

ver trabalho em equipe. E afirmou: “Do trabalho mais anônimo até a direção de cada unidade é que são apresentados os resultados positivos”. Segundo a magistrada, é necessária sensibilidade a cada dia no exercício da função pública. “Devemos ter maior grau de responsabilidade com o consumidor final da Justiça do Trabalho, que é o cidadão. O juiz e o servidor devem acreditar no que fazem e que exercem um papel importante na vida republicana. É preciso mostrar ao cidadão a importância do serviço público”, comentou.

Segundo a presidente, os servidores que estão hoje no cargo de gestores são eficientes, porém pretende exigir de todos cada vez mais resultados positivos, além do aperfeiçoamento de cada um. A magistrada solicitou, ainda, que os gestores estejam cada vez mais motivados com a função que exercem, porque só dessa maneira poderão motivar as equipes subordinadas. Também ressaltou que aguarda idéias novas dos gestores,



Pronunciamento da presidente do TRT-PR, juíza Wanda Santi da Silva, em reunião com os gestores

no sentido da obtenção da celeridade, da economia e da racionalização do trabalho. De acordo com a juíza Wanda são necessárias reuniões periódicas visando a um resultado final eficiente.

Ao finalizar a reunião, a juíza-presidente agradeceu a todos pela presença, colocou-se à disposição de cada um para balanço de atividades e pediu apoio nos dois anos de sua administração para que seja possível alcançar os resultados almejados.



Diretores, secretários e assessores durante a reunião

Juiz Altino fala sobre Recurso de Revista no primeiro evento da EAJ do TRT-PR

O primeiro evento da recém-inaugurada Escola de Administração Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região contou com a presença do juiz Altino Pedrozo dos Santos (atualmente convocado ao TST), que falou sobre Recurso de Revista.

O magistrado analisou com os servidores presentes os casos de admissibilidade desse recurso, pressupostos gerais subjetivos e objetivos, hipóteses de não cabimento e pressupostos específicos.

A exposição foi no dia 16 de janeiro, e teve também a presença da vice-presidente do Tribunal, juíza

Rosalie Michaela Bacila Batista, que agradeceu o comparecimento do juiz, que estava em férias, lembrando ser “uma grande oportunidade para aproveitar seus conhecimentos”.

O encontro foi definido pelo juiz Altino como “um bate-papo” e “troca de informações” para que os servidores do TRT do Paraná pudessem sanar dúvidas existentes sobre o tema, contando com sua experiência como juiz convocado ao TST.

Durante as considerações os servidores aproveitaram para questionar o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho sobre tempestividade do recurso, regularidade de



Juiz Altino falando sobre Recurso de Revista no primeiro evento da Escola de Administração Judiciária

representação e regularidade formal, entre outros tópicos.

Entre o céu e a terra...

Aliar sensibilidade (incluída no chamado quociente emocional) e domínio técnico no exercício laboral é característica esperada do profissional contemporâneo em todos os campos de trabalho. O juiz Carlos Henrique de Oliveira Mendonça, titular da Vara do Trabalho de Iрати (PR), parece ter assumido a judicatura com vantagem nesses quesitos.

O humanismo e o potencial criativo que trouxe antes de ingressar na magistratura trabalhista lhe confere uma trajetória peculiar. "Durante quase cinco anos vivia e sustentava a família ministrando cursos de Astrologia Básica e fazendo Mapas Astro-lógicos", conta o juiz. E foi sob o céu carioca que viveu até os 23 anos, tendo nascido na cidade do Rio de Janeiro. "Estudei muito sozinho e fiz um excelente curso com o professor Assuramaya no Rio de Janeiro", revela.

Acredita que a astrologia é excelente ferramenta para o autoconhecimento, bem como fator de interação com a psicologia. "O mapa astrológico revela com clareza aspectos profundos de nossa alma. Fatores familiares, sociais, culturais, potenciais e bloqueios de nossa personalidade, são apresentados pelo mapa astral e os psicólogos que o utilizam, podem obter avanços estrondosos na percepção e tratamento do seu paciente", sintetiza.

O juiz Carlos Henrique é defensor da astrologia como ciência no estudo individual de cada pessoa. "Creio que ocorra em países como o Nepal, Tibete e em comunidades asiáticas seguidoras do budismo ou

outras filosofias de vida semelhantes que valorizam o autodesenvolvimento espiritual", destaca. O humanismo e o espírito conciliador do juiz são marcantes quando ele afirma: "Sinto alegria em ajudar de alguma forma as pessoas, então, o cargo de juiz do trabalho já me permitiu criar dois projetos sociais em Marechal Cândido Rondon (Menino Engraxate e a Casa do Saber), onde fui titular da Vara do Trabalho por 11 anos".

O juiz Carlos Henrique formou-se em Direito pela Faculdade Cândido Mendes - Ipanema, no Rio de Janeiro em 1986. Exerceu a advocacia por um ano. Morou um ano em Portugal quando cursou mestrado na Universidade de Lisboa. Em 1991 assumiu como juiz substituto no TRT da 5ª Região (Bahia), quando foi aprovado em segundo lugar. Em 1992, após nova aprovação em concurso público, exonerou-se do Tribunal da Bahia e assumiu o mesmo cargo junto ao TRT da 9ª Região (Paraná). Desde 17 de dezembro de 1993 é juiz titular de Vara do Trabalho.

"Outra enorme paixão é lecionar Direito", ressalta, referindo-se à atividade de magistério que exerce há dez anos, sendo professor de Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Prática Forense. "Lecionei durante sete anos na Universidade Paranaense - Unipar, em Toledo e em Guaíra. Atualmente sou professor em cursos preparatórios, na área jurídica em Curitiba", acrescenta o juiz.

Por outro lado, é a música, o canto que dá o equilíbrio necessário na administração dos dons inatos ao juiz. "Fiz minhas primeiras músicas com 12 anos e compor repre-



Juiz Carlos Henrique:
"Compom representa conversar com minha própria alma"

senta conversar com minha própria alma", destaca. E, lembrando o pensamento de que "sonhos e desejos de nada valem a não ser seguidos de ação" conta que está fechando o seu segundo CD (o primeiro foi gravado em 2003). "Todas são composições próprias (letras e músicas) e a gravação foi completamente independente e muito simples, em um estúdio bem pequeno, porém, competente", avalia.

"Pop rock, pop romântico e outros. Varo bastante nas composições", é assim que define o seu estilo. E lembrando a todos os indecisos, finaliza: "Devemos sempre tentar concretizar nossos desejos e não esperar que puramente aconteçam"....

Voluntariado

O conforto que vem da música

Aservidora Regina Célia Vieira, lotada no Setor Médico do TRT-PR, não consegue imaginar sua vida sem duas coisas: música e criança. Desde 1992 vem aliando essas paixões de uma forma muito nobre: através da prática do voluntariado. Ela dá aulas de música a crianças carentes da região de Pinhais e, posteriormente, apresenta o resultado em hospitais, casas de saúde e asilos.

No início, ela confessa, tratava-se mais de um *hobby* do que exatamente de uma proposta social, mas com o tempo foi percebendo que seu trabalho não só reabilitava crianças que se encontravam numa situação de desajuste psicológico em função de problemas familiares, como também levava algum alento a pessoas que se encontravam enfermas ou carentes de afeto. Foi a partir de então que passou a dar a essa atividade um tratamento mais profissional.

As aulas, que no início eram ministradas na sua própria casa, hoje acontecem no Colégio Estadual Deputado Arnaldo Faivro Busato, daquele município. Geralmente os encontros acontecem aos sábados,

das 9 às 12 horas. Mas sempre que há necessidade, geralmente na véspera de uma apresentação, também se encontram à noite.

Arte-educadora pela FAP (Faculdade de Artes do Paraná), com pós-graduação em regência pela EMBAP (Escola de Música e Belas Artes do Paraná), Regina ensina canto, teclado, violão e flauta doce, sempre procurando descobrir para que a criança é melhor vocacionada, no intuito de aproveitar o máximo de seu potencial.

As apresentações, por sua vez, têm duas finalidades. Tanto podem mostrar seu trabalho em hospitais (Nossa Senhora das Graças, Hospital de Clínicas), associações (APACENE - Associação Paranaense de Criança com Neoplasia), asilos ou casas de repouso, onde, naturalmente, seu único objetivo é distrair e confortar as pessoas, quanto podem fazê-lo em casamentos, formaturas ou em festas de empresas, de onde cobram cachê, que é utilizado na compra de novos instrumentos musicais ou vestimenta para o coral.

"É um trabalho por vezes árduo, mas incomensuravelmente gratificante. Alguns de

meus primeiros alunos hoje já são universitários. Tenho certeza de que a música desempenhou um papel importante no sentido de centrá-los na vida. Além do que matamos dois coelhos com uma única cajadada, porque levar um pouco de alegria a quem está enfermo ou solitário não é menos satisfatório", conclui, com convicção.



Regina: "É um trabalho incomensuravelmente gratificante"

Serviço

Interessados em colaborar através da doação de partituras, instrumentos musicais, discos em vinil ou de qualquer outra forma podem entrar em contato com Regina pelo telefone (41) 3310-7435.